

REDAÇÃO

ORIENTAÇÃO GERAL

Leia com atenção todas as instruções.

- A) Você encontrará duas situações sobre assuntos diferentes para fazer sua redação. Leia as duas situações propostas até o fim e escolha aquela com que você tenha maior afinidade ou a que trata de assunto sobre o qual você tenha maior conhecimento.
- B) Uma vez escolhida a situação, registre sua escolha na folha de prova, no lugar adequado, escrevendo apenas **A** ou **B**, conforme o caso.
- C) Dê um título para sua redação. Esse título deverá deixar claro o aspecto da situação escolhida que você pretende abordar. Escreva o título no lugar apropriado na folha de prova.
- D) Não se esqueça de que você deverá fazer um texto **expositivo** ou **argumentativo**.
- E) Utilize trechos dos textos motivadores, **parafraseando-os**.
- F) **Não copie** trechos dos textos motivadores ao fazer sua redação.
- G) Se você não seguir as instruções da orientação geral e as relativas ao tema que escolheu, sua redação será penalizada.

SITUAÇÃO A

Os líderes partidários da Câmara dos Deputados decidiram nesta terça-feira acabar com as sessões às segundas-feiras e substituí-las por mais uma sessão às terças-feiras de manhã. O acordo foi feito após pedido de diversas lideranças, tanto da oposição, quanto do governo.

As sessões das segundas-feiras passaram a acontecer apenas quando o presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), tomou posse, mas não teve a receptividade dos parlamentares. Agora, como de costume, os deputados terão que vir para Brasília apenas de terça a quinta.

“Todos os líderes, de todos os partidos foram pressionados pelas suas bancadas. Eles alegam que nas segundas há reivindicações em seus Estados e que eles (deputados) não estão conseguindo atender a estas demandas”, disse o líder do PT na Câmara, Luiz Sérgio (RJ).

De acordo com os líderes, a sessão de segunda-feira será substituída por uma na terça de manhã apenas na semana que vem, em caráter experimental. A proposta, no entanto, deve vingar, já que conta com o apoio de todos os partidos.

Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O11540122-E17896,00.html>> Acesso em 20 de abril de 2007.

Eles não estavam lá na sexta-feira. Na segunda, disfarçavam. Chegavam no final do dia, cozinhavam a agenda. Agora virou oficial. Deputados não vão mais dar as caras por Brasília também na segunda. Cabularam o expediente parlamentar, por decisão própria. Levantaram todo tipo de ressalva: vão ficar em suas bases, correr o País em compromissos. É aquele tipo de alegação que em ambientes convencionais de trabalho desperta os mais baixos ditos populares “deixou o paletó e foi dar um perdido”, “está voando” e por aí afora. Líderes partidários já aprovaram a idéia, em votação sem ressalvas. E qual é o problema? Afinal, quase não existem atrasos na pauta de votações. E, por outro lado, como afirmou um dos luminares proponentes da folga extra, as sessões da segunda são mesmo improdutivas. Então? Tempo é dinheiro! Não custa nada riscar esse “dia perdido” da rotina assoberbada dos legisladores. Lembrete: por serem eles que fazem as leis, de vez em quando se acham no direito de criar uma para uso em benefício próprio – sempre, claro, com o beneplácito da população que depositou seus votos nesses senhores. Que maravilha, já pensou? Quem não gostaria? Quatro dias sabáticos por semana (da sexta à segunda), numa espécie de feriado prolongado a cada três dias de expediente. Nada melhor que enforçar uma “segundona”, ganhando um final de semana gordo. E, para compensar, vale também discutir um aumentozinho dos salários – de R\$ 12.847 para R\$ 16.250, é a proposta. Está na ordem do dia e deve sair. Só para constar: o seu seguiu esse porcentual de reajuste? Não há mais como mascarar: fica cada dia mais distante o Brasil desses senhores daquele que abriga todo o resto dos cidadãos. Políticos aprimoram a própria caricatura e o Congresso vai deixando para trás o princípio elementar de servir ao interesse público. Legislam por causas privadas, locupletam-se e alimentam o compadrio entre seus pares. Outro dia, arrastaram a sessão discutindo o candente tema do traje ideal para uso em plenário. Ficou proibido chapéu de coco e congêneres. Pobre do Brasil que assiste inerte a um espetáculo patético.

Carlos José Marques. *ISTOÉ*, 18 de abril de 2007.

Segundo pesquisa da CNT/Sensus, divulgada na semana passada, apenas 1,1% dos brasileiros confiam no Congresso Nacional – o pior desempenho de todas as instituições brasileiras. Não faltam motivos para essa brutal desconfiança. Fisiologismo, nepotismo, corporativismo e escândalos em profusão justificam a má fama do Legislativo.

A polêmica provocada pelo fim das votações às segundas-feiras, no entanto, é resultado de uma avaliação equivocada de que o Congresso pode se recuperar, desde que passe a votar todos os dias. “A decisão do Parlamento de não votar às segundas-feiras é absolutamente normal”, afirma a cientista política Argelina Figueiredo, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). “A reação negativa é um tipo de moralismo superficial que denota um desconhecimento do trabalho do Congresso Nacional.” Uma comparação com outros países revela que o Parlamento brasileiro segue a mesma rotina de trabalho da maioria de seus congêneres. O Congresso brasileiro tem em média apenas um pouco menos de sessões deliberativas que o Congresso dos Estados Unidos e quase o mesmo número que o da França [...].

O bom trabalho de representação política envolve algumas peculiaridades. Ele não se faz apenas com o dedo no botão de votação ou com a simples presença em plenário. Requer contatos com eleitores nos Estados, participação ativa nas comissões técnicas do Congresso. A recuperação do Legislativo exige, por isso, muito mais a elevação da qualidade do debate político na Câmara e no Senado que do número de votações.

Matheus Leitão. *Época*, 6 de abril de 2007.

Faça sua redação posicionando-se a respeito de uma das questões abaixo.

Você considera que a semana de trabalho dos deputados federais é legítima?

ou

Você considera que os deputados federais deveriam ter uma jornada semanal similar à dos demais trabalhadores brasileiros?

Observações: 1- Não se esqueça de que você deverá fazer um texto **expositivo** ou **argumentativo**.

2- Não deixe de dar um título a sua redação, de acordo com a orientação geral.

3- **Não copie** trechos dos textos motivadores.

SITUAÇÃO B

A sugestão de levar a plebiscito a proposta de descriminalizar o aborto no Brasil ganhou evidência ao receber a adesão do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Talvez não seja a via mais eficaz para que a interrupção voluntária da gravidez, dentro de certos limites, deixe de ser crime – como esta Folha defende –, mas é o melhor meio de promover um debate qualificado da questão.

De acordo com pesquisa Datafolha publicada no domingo passado, 65% dos brasileiros se opõem a mudanças no “status quo”; 16% sustentam que o aborto deve ser permitido em mais situações do que as previstas pela lei atual (risco de vida para a mãe e gravidez resultante de estupro); e apenas 10% advogam pela descriminalização plena.

É possível que esses números mudem a partir do momento em que defensores e opositores do direito de aborto começarem a explicitar seus argumentos, a exemplo do que se deu no referendo sobre a proibição do comércio de armas. Mesmo que o eleitor decida que tudo deve ficar como está, o saldo do eventual plebiscito terá sido positivo: a população estará mais informada sobre um tema relevante e cada lado conhecerá melhor os argumentos do outro.

Em Portugal, que adotou a estratégia plebiscitária, foram necessárias duas consultas num prazo de nove anos para que a sociedade mudasse de posição e passasse a apoiar mudanças na restritiva legislação local. Elas foram finalmente sancionadas na semana passada.

Discussões sobre o aborto são sempre difíceis, porque esse é um tema que mobiliza profundas convicções religiosas e humanitárias. Quem as tem – para um lado ou para o outro – raramente se deixa convencer pelos argumentos da parte adversária. [...]

Folha de S. Paulo, 15 de abril de 2007.

O ministro da saúde, José Gomes Temporão, quebrou uma longa tradição. Foi a primeira autoridade a defender publicamente um plebiscito sobre a legalização do aborto. Não esperou nem se acomodar numa das cadeiras mais disputadas pelos políticos brasileiros. No discurso de posse, no mês passado, prometeu melhorar o planejamento familiar e a atenção ao aborto inseguro. Ao falar sobre o assunto, abriu o debate sobre a mais emocional das questões políticas e morais que o Brasil enfrenta hoje.

O ministro não é um político de carreira. Como diretor do Instituto Nacional do Câncer, administrou – de maneira competente – uma profunda crise em 2003. Temporão é um técnico da saúde. Talvez por isso tenha se atido apenas ao aspecto pragmático da questão. Nas últimas semanas, tem sido criticado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto. Na segunda-feira 9, foi surpreendido por um protesto popular em Fortaleza. Ele tratou de deixar claro que a defesa do plebiscito é uma posição pessoal, e não uma decisão de governo. [...]

Revista Época, 16 de abril de 2007.

“Aborto não é questão que possa ser resolvida pela imposição de maiorias sobre minorias”
carta aberta ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, Sonia Corrêa

Pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

Deve ser elogiada sua atitude, senhor ministro, ao afirmar que o aborto é um grave problema de saúde. Mas a proposta de que a matéria seja resolvida através de plebiscito exige uma reflexão cuidadosa. Embora uma consulta popular abra campo para que forças favoráveis à legalização dialoguem amplamente com a sociedade, essa não é uma questão que possa ser resolvida pela imposição de maiorias sobre minorias. Entre outras razões, porque implica decisão ética privada, que não deve estar sujeita à interferência do Estado. Isso explica por que na maior parte dos países em que o aborto foi legalizado isso se deu por via legislativa ou por decisão de cortes constitucionais. O resultado do recente plebiscito em Portugal deve ser comemorado, mas é preciso cuidado ao fazer analogias com o caso brasileiro. Na União Européia, a quase totalidade dos países conta com legislações liberais e existe um sistema transnacional de direitos humanos que cobra consistência das leis nacionais. Na semana passada, por exemplo, a Corte Européia de Direito Humanos decidiu sobre um caso de aborto condenando a legislação restritiva da Polônia. Estamos longe de ter um sistema regional tão robusto. Portanto, sem abandonar o debate sobre plebiscito, é preciso examinar outras experiências como a do Distrito Federal do México – que hoje trava um promissor debate legislativo – e da Colômbia, onde, em 2006, a Corte Constitucional revogou uma das legislações mais restritivas do mundo, garantido acesso ao aborto nos casos de estupro, malformação, risco de vida e de saúde.

Disponível em: <<http://www.mulheresdeolho.org.br/?p=183>>. Acesso em 28 de abril de 2007.

Faça sua redação, posicionando-se a respeito da seguinte questão.

Um plebiscito seria a melhor forma de o país decidir a respeito da legalização do aborto?

Observações: 1- Não se esqueça de que você deverá fazer um texto **expositivo** ou **argumentativo**.

2- Não deixe de dar um título a sua redação, de acordo com a orientação geral.

3- **Não copie** trechos dos textos motivadores.